

Nacional

DIPLOMACIA

Congresso Nacional deixa sem apreciação mais de 100 atos internacionais

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Mais de cem atos internacionais — celebrados com países e com organizações multilaterais — estão pendentes de aprovação no Congresso. Alguns desde a década de 70. A maioria dos acordos e tratados assinados pelo governo depende agora ou de emendas nas várias comissões da Câmara e do Senado ou de uma oportunidade para entrar na ordem do dia.

O Itamaraty, por meio da secretaria de relações com o Congresso, acompanha a tramitação desses atos quase que diariamente, sobre tudo quando o ministro das Relações Exteriores ou o presidente da República viajam. Uma das tarefas da secretaria é verificar se com o País a ser visitado o Brasil tem acordos pendentes no Congresso porque sem a ratificação do Legislativo eles não podem entrar em vigor, disse a este jornal uma fonte diplomática.

O acúmulo de tratados e acordos nas comissões da Câmara e do Senado deve-se ao atraso que sofreram quando o Congresso praticamente parou de apreciá-los para dedicar-se aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. A Constituição de 1988, bastante arrojada em matéria trabalhista, criou situações inusitadas, como a possível rejeição de um acordo que o Brasil assinou com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) antes de a nova Carta entrar em vigor. O acordo "multilateral de adesão" está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça que deverá dar um parecer negativo por considerar que os direitos dos trabalhadores brasileiros estão mais protegidos pela Constituição Nacional do que pelas normas da OIT aplicadas ao convênio. Isso não causa surpresa a ninguém, comentou a fonte no Itamaraty.

De modo geral, porém, o acúmulo de atos internacionais no Congresso não tem a ver com o fato de serem polêmicos, à exceção de poucos, justamente os prioritários para o governo, como o que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e que trata da proibição a ex-funcionários do governo de repassar informações sigilosas e tecnologias sensíveis a outros países. O projeto ficou conhecido como "lei Piva", em alusão ao fato de o brigadeiro Hugo de Oliveira

Piva, ex-diretor do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), ter cooperado com o governo iraquiano na construção de mísseis. O projeto de lei enviado ao Congresso pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) está sendo discutido na Comissão de Constituição e Justiça e tem como relator o deputado Vital do Rego (PDT-PB).

Freqüentemente o governo norte-americano pergunta às autoridades brasileiras sobre o estágio em que esse projeto se encontra no Congresso. Esse interesse foi demonstrado há poucos dias quando esteve em Washington o embaixador Marcos Azambuja, secretário-geral de política externa do Itamaraty, lembrou a este jornal uma fonte oficial daquele país.

Os governos dos países industrializados, sobretudo o dos Estados Unidos, acompanham com atenção pelo menos dois projetos: o Código da Propriedade Industrial, que prevê proteção às patentes farmacêuticas, e a "lei Paiva", "que dará ao governo o poder de controlar a transferência de tecnologia sensível a países em áreas de conflito por funcionários brasileiros aposentados", conforme definição da fonte norte-americana. Com a aprovação dessa lei, os EUA se sentiriam mais seguros em transferir certas tecnologias ao Brasil, acrescentou.

Outra legislação que Washington segue de perto é a que está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e que trata do controle do tráfico de drogas. A iniciativa de elaborar essa nova legislação partiu do próprio Congresso, que com essa finalidade criou o grupo antidrogas (Grupad), do qual participam pesquisadores, parlamentares e estudiosos.

Na conjuntura atual, o Itamaraty considera prioritária a aprovação do acordo com a Argentina, para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, passo fundamental para que o Brasil e a Argentina assinem um acordo de salvaguardas abrangentes com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), com sede em Viena (ver matéria na página 13).

A Chancelaria também tem interesse na aprovação de um projeto regulamentando a carreira dos oficiais de chancelaria, apesar de não se tratar de um acordo internacional.